

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE DOIS NAVIOS ELÉTRICOS
PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS
PARA OPERAR NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

ATLÂNTICOLINE, S.A.

PROGRAMA DO CONCURSO

Índice

Artigo 1.º - Identificação e objeto do concurso	3
Artigo 2.º - Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º - Júri do Procedimento	3
Artigo 5.º - Concorrentes	4
Artigo 6.º - Plataforma eletrónica e consulta das peças do procedimento	5
Artigo 7.º - Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das peças do procedimento ...	5
Artigo 8.º - Critério de adjudicação	6
Artigo 9.º - Proposta	6
Artigo 10.º - Modo e Prazo para Apresentação das Propostas	8
Artigo 11.º - Idioma dos documentos da proposta	9
Artigo 11.º A - Preço anormalmente baixo	9
Artigo 11.º B - Esclarecimentos e suprimento de propostas	10
Artigo 12.º - Relatório preliminar	11
Artigo 13.º - Audiência prévia	11
Artigo 14.º - Relatório final	11
Artigo 15.º - Adjudicação	12
Artigo 16.º - Causas de não adjudicação	12
Artigo 17.º - Documentos de habilitação	13
Artigo 18.º - Caução	14
Artigo 19.º - Minuta do contrato	14
Artigo 20.º - Celebração do contrato	15
Artigo 21.º - Comunicações e Notificações	15
Artigo 22.º - Proteção de dados pessoais	16
Artigo 23.º - Despesas e Encargos do concorrente	16
Artigo 24.º - Legislação aplicável	17
ANEXO I – MODELO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA	18
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE	19
ANEXO III – MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	20
ANEXO IV – GARANTIA BANCÁRIA	21
ANEXO V – MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO	23

Artigo 1.º - Identificação e objeto do concurso

1. O presente programa regula o concurso público, com publicidade internacional, que tem por objeto a adjudicação da proposta tendente à outorga de um contrato para a aquisição de dois navios elétricos, destinados ao transporte de passageiros e viaturas na Região Autónoma dos Açores (“Concurso”).
2. O objeto do contrato abrange, além das construções, certificações, homologações e os aprestamentos dos navios, de acordo com os termos e requisitos constantes nas Memória Descritiva de Referência anexa ao Caderno de Encargos, a realização e desenvolvimento dos respetivos projetos, ensaios e testes dos navios.
3. O Concurso é lançado com recurso ao Investimento C21-i15-RAA, enquadrado na componente C21 – RepowerEU, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).
4. O Concurso não prevê a adjudicação por lotes, uma vez que a divisão do contrato causaria graves inconvenientes em matéria de aptidão, coerência e uniformidade técnica e funcional dos navios, tornando a manutenção da frota mais complexa, bem como dificultando de forma significativa a gestão e supervisão dos projetos e a avaliação da performance contratual, obrigando a uma duplicação do seu acompanhamento, gerando desafios de meios técnicos e humanos relevantes, prejudicando, assim, de forma muito sensível, a eficiência da gestão contratual e pós-contratual e não permitindo o aproveitamento de sinergias e economias de escala importantes para o não agravamento do custo da construção dos navios, sendo que a articulação de todos estes fatores se revela essencial para o cumprimento das metas do PRR.

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Atlânticoline, S.A, pessoa coletiva n.º 512091773, com sede social Rua Conselheiro Miguel da Silveira, 31 – Matriz – 9900-114 – Horta, com o telefone n.º 292 200 381 e correio eletrónico: geral@atlanticoline.pt.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da entidade adjudicante, por deliberação de 14 de novembro de 2024.

Artigo 4.º - Júri do Procedimento

1. O Concurso será conduzido por um júri, composto, em número ímpar, por três membros efetivos, um dos quais preside e dois são suplentes.
2. É subdelegada no júri a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito do procedimento, com exceção da competência para a retificação das peças do procedimento, a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados e a decisão de adjudicação.

Artigo 5.º - Concorrentes

1. As propostas podem ser apresentadas por pessoas singulares ou por pessoas coletivas que, nos termos da lei, não se encontrem impedidas de participar no Concurso.
2. Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, só são admitidas propostas relativas a estaleiros de construção naval nacionais dos Estados-membros da União Europeia, ou neles estabelecidos, e das Partes Contratantes do Acordo do Espaço Económico Europeu e da Organização Mundial do Comércio.
3. Podem ainda apresentar propostas agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
4. Em caso de apresentação de proposta por um agrupamento, este deverá adotar uma designação conjunta, devendo ser designado um representante comum do agrupamento para efeitos do Concurso.
5. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes isoladamente no mesmo Concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.
6. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção e por todas as obrigações emergentes da proposta.
7. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária das entidades agrupadas, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 6.º - Plataforma eletrónica e consulta das peças do procedimento

1. O presente Concurso é tramitado na plataforma eletrónica AcinGOV, disponível no seguinte acesso: <https://www.acingov.pt>.
2. As peças do procedimento são disponibilizadas, de forma completa e gratuita, na plataforma eletrónica, devendo cada interessado efetuar o respetivo registo, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 7.º - Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser pedidos pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGOV, até às 23h59 do dia em que terminar o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a contar da data do envio do anúncio para publicação ao Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados, pelo júri do procedimento, por escrito, até às 23h59 do dia em que terminar o segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. No mesmo prazo referido no número 1 do presente artigo podem os interessados apresentar uma lista na qual indiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões das peças do procedimento identificados pelos interessados até às 23h59 do dia em que terminar o segundo terço do prazo para apresentação das propostas.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente e no prazo referido no número anterior, proceder à retificação das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, podendo ainda fazê-lo até ao final do prazo para entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGOV e juntos às

peças do procedimento, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

7. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 8.º - Critério de adjudicação

1. A adjudicação é efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, de acordo com o modelo de avaliação constante do Anexo I ao presente programa do concurso.
2. Em caso de empate, o critério de desempate atenderá à proposta mais bem classificada nos seguintes fatores de avaliação das propostas, a que se recorrerá por ordem sequencial enquanto persistir o empate:
 - a) Autonomia (A);
 - b) Garantia das Baterias Principais (GAP);
 - c) Preço Proposto (PP);
 - d) Capacidade de Transporte Viaturas (CTV);
 - e) Capacidade de Passageiros (CP).
3. Na eventualidade de persistir o empate após a aplicação do critério de desempate previsto no número anterior, será efetuado um sorteio, nos termos que se seguem:
 - a) A data, hora e local do ato público do sorteio das propostas, é comunicada a todos os concorrentes por escrito com uma antecedência mínima de 3 dias;
 - b) Ao ato público do sorteio, pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os representantes dos concorrentes empatados e membros do júri;
 - c) O júri escreve o nome de cada concorrente cuja proposta tenha ficado empatada num papel, que é dobrado e inserido num recipiente opaco;
 - d) Depois de devidamente misturados, vencerá o 1º nome a ser retirado pelo júri;
 - e) No final do sorteio é elaborada uma ata assinada por todos os presentes.

Artigo 9.º - Proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (“DEUCP”)**, nos termos do modelo aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de

janeiro de 2016, devendo os concorrentes gerar o documento na página eletrónica disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt> ou, em caso de indisponibilidade desta última, em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>.

Se a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto para cada um dos membros;

Se o concorrente recorrer a entidades terceiras para a realização de prestações objeto do contrato a celebrar, deve ser apresentado um DEUCP também por cada uma dessas entidades terceiras, assinado por quem tenha poderes para representá-la.

- b) **Certidão permanente** atualizada do concorrente ou de todos os membros do agrupamento concorrente e, quando aplicável, das entidades terceiras que assumam o compromisso de realizar prestações objeto do contrato a celebrar;
- c) **Declaração de proposta**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II do presente programa, da qual resulta o preço global e por navio proposto, bem como o prazo de entrega dos navios e as características técnicas do navio sujeitas à concorrência propostas pelo concorrente;
- d) **Memórias descritivas** desenvolvidas, por navio, acompanhadas dos Desenhos de Arranjo Geral elaborados pelo concorrente à escala 1/50, com a mesma sistematização das Memórias Descritivas de Referência em anexo ao Caderno de Encargos, tendo em atenção que o Equipamento e o Aparelho de ambos os navios têm de ser iguais, com os seguintes anexos:
 - i. **Projetos das rampas para viaturas**;
 - ii. **Projetos de arranjo de interiores**, coerentes com a Memória Descritiva de Referência anexa ao Caderno de Encargos, bem como com a imagem institucional da Atlânticoline, S.A.;
- e) **Resultados de provas de modelo com autopropulsão, ou de provas de modelo de resistência, ou de cálculos de simulações matemáticas**, quanto às velocidades (14, 14,5 e 15 nós) e manobrabilidade (lemes / propulsores de proa), apresentando os documentos comprovativos;
- f) **Estimativa das várias potências elétricas** (propulsão, manobra, sistemas de segurança) **e do consumo elétrico global por hora (kW.h)**, para a velocidade de serviço, com base no perfil operacional descrita no Anexo 5 do Caderno de Encargos;

- g) **Estimativa da capacidade das baterias principais** (em minutos) para garantia da autonomia contratual para a velocidade de serviço, em conformidade com o Anexo I da Memória Descritiva de Referência;
 - h) **Declaração de onde constem as entidades terceiras a subcontratar**, quando aplicável, juntamente com a(s) declaração(ões) dessa(s) entidade(s) através da(s) qual(ais) se compromete(m), incondicionalmente, a realizar as prestações objeto do contrato a celebrar que lhes incumbem, sem prejuízo do disposto na alínea a) deste número 1.
2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos, no máximo até à segunda casa decimal, e não incluem IVA.
 3. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados por quem tenha poderes para vincular o concorrente, devendo ser feita prova desses poderes quando eles não resultem da certidão permanente da sociedade, designadamente, através da junção de procuração, com exceção dos casos em que o certificado digital utilizado permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
 4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos da proposta devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
 5. Não é admissível a entrega de propostas variantes.
 6. O prazo de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias a contar do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 10.º - Modo e Prazo para Apresentação das Propostas

1. As propostas devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica até às 23h59m do 30.º (trigésimo) dia a contar da data do envio do anúncio para publicação ao Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
2. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura dos concorrentes ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. O prazo para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

Artigo 11.º - Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em outra língua estrangeira, o concorrente deve fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. Excetua-se ainda do disposto nos números 1 e 2 os documentos de carácter técnico que venham a ser juntos com a proposta, que podem ser apresentados em língua inglesa, sem prejuízo da possibilidade de vir a ser exigida ao concorrente a apresentação de tradução devidamente legalizada para língua portuguesa.

Artigo 11.º A - Preço anormalmente baixo

1. Considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 25% ou mais inferior ao preço base.
2. Nenhuma proposta será excluída com fundamento no facto de dela constar um preço anormalmente baixo sem antes ter sido solicitado, pela entidade adjudicante, ao respetivo concorrente, por escrito, que, em prazo adequado, preste esclarecimentos justificativos relativos aos elementos constitutivos da proposta que considere relevantes para esse efeito.
3. Na análise dos esclarecimentos prestados pelo concorrente nos termos do número anterior, pode tomar-se em consideração justificações inerentes, designadamente:
 - a) Aos dados económicos do processo de fabrico, dos serviços prestados ou do método de construção;
 - b) Às soluções técnicas escolhidas ou quaisquer condições excecionalmente favoráveis de que o concorrente disponha para o fornecimento dos produtos ou para a prestação dos serviços ou para execução das obras;
 - c) À originalidade das obras, fornecimentos ou serviços propostos pelo concorrente;
 - d) Às específicas condições de trabalho de que beneficia o concorrente;
 - e) Ao cumprimento das obrigações a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.
 - f) Ao cumprimento das obrigações que decorrem para o adjudicatário relativamente a subcontratantes, quando existirem;
 - g) À verificação da decomposição do respetivo preço, por meio de documentos comprovativos dos preços unitários incorporados no mesmo, nomeadamente

- folhas de pagamento e declarações de fornecedores, que atestem a conformidade dos preços apresentados e demonstrem a sua racionalidade económica;
- h) À possibilidade de obtenção de um auxílio estatal pelo concorrente.
4. O concorrente será excluído no caso de não terem sido apresentados esclarecimentos justificativos ou no caso de eles não serem considerados satisfatoriamente esclarecedores dos baixos preços apresentados ou dos custos propostos, designadamente por esse preço se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
5. Sempre que se determine que o preço anormalmente baixo resulta de modo individual ou conjugado do incumprimento do disposto na alínea e) do número anterior, a proposta é excluída.
6. Sempre que se determine que o preço anormalmente baixo resulta do facto do concorrente ter obtido um auxílio estatal, a proposta só pode ser excluída por esse fundamento, se, uma vez consultado, o concorrente não provar, num prazo suficiente a fixar pela entidade adjudicante, que o auxílio de estado foi compatível com o mercado interno, não sendo, por isso, suscetível de falsear ou ameaçar falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou produções.

Artigo 11.º B - Esclarecimentos e suprimento de propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

- a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, incluindo os referidos no artigo 9.º, nº 1, alíneas a), b) e h);
 - b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
 - c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a proposta.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 12.º - Relatório preliminar

1. Após análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas.
2. No relatório preliminar o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique existir alguma causa de exclusão nos termos previstos no CCP e nas peças do procedimento.

Artigo 13.º - Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, que não poderá ser inferior a 5 dias úteis.

Artigo 14.º - Relatório final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.ºCCP.

2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem Concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 15.º - Adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação, que é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é ainda notificado para:
 - a) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, no prazo de 5 dias úteis;
 - b) Apresentar os documentos de habilitação, nos termos do artigo 17.º do presente programa, no prazo de 10 dias úteis;
 - c) Prestar caução nos termos previstos no artigo 18.º do presente programa, indicando expressamente o seu valor, no prazo de 10 dias úteis;
 - d) Apresentar os documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, no prazo de 10 dias úteis, se, de acordo com a proposta adjudicada, estiver previsto que o adjudicatário irá recorrer a entidades terceiras para efeitos da execução de algumas das prestações do contrato a celebrar;
 - e) No caso de o adjudicatário ser um agrupamento de concorrentes, fazer prova da sua associação nos termos previstos no presente programa, até à data da celebração do contrato.

Artigo 16.º - Causas de não adjudicação

1. Nos termos do artigo 79.º do CCP, não haverá lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;

- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem, designadamente em virtude de se ter tornado impossível o recurso ao financiamento por parte do PRR, nomeadamente por o prazo necessário à execução do objeto do contrato a celebrar se ter tornado incompatível com as metas obrigatórias fixadas à Entidade Adjudicante no contrato de financiamento celebrado no âmbito do PRR ou no caso de se vir a verificar que o financiamento aprovado no âmbito do PRR não permitirá a cabal execução financeira do contrato a celebrar e não seja possível o recurso a financiamento próprio da Entidade Adjudicante.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes.

Artigo 17.º - Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação exigidos no artigo 81.º do CCP e no artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A:
- a) Declaração de habilitação elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo III ao Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do CCP:
- Certidão do registo criminal do adjudicatário;
 - Certidão do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência do adjudicatário;
 - Comprovativo de que o adjudicatário tem a sua situação tributária regularizada;
 - Comprovativo de que o adjudicatário tem a sua situação regularizada relativamente a pagamentos devidos à Segurança Social.
- c) Documento comprovativo de que se encontra devidamente licenciado para o exercício da atividade de construção naval, emitido pelas autoridades competentes do respetivo Estado onde está instalado ou onde exerce a atividade ou declaração das autoridades nacionais competentes que ateste a não exigência de licenciamento específico da atividade de construção naval;

- d) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei;
 - e) Documento comprovativo da submissão da declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos do disposto no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
2. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve a entidade adjudicatária fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. Caso o adjudicatário seja um agrupamento, os documentos previstos nos números anteriores devem ser apresentados relativamente a cada um dos seus membros.
4. No caso de se verificar alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que impliquem a caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante concederá um prazo de 5 (cinco) dias úteis ao adjudicatário para a respetiva supressão.

Artigo 18.º - Caução

1. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada, no valor correspondente a 2% do preço contratual.
2. A caução poderá revestir uma das seguintes modalidades:
- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Entidade Adjudicante, nos termos do modelo constante do Anexo III ao presente programa;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos Anexos IV e V ao presente programa.

Artigo 19.º - Minuta do contrato

1. A minuta do contrato será enviada, juntamente com a decisão de adjudicação, ao adjudicatário, através da plataforma eletrónica.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando em relação à mesma não seja apresentada reclamação nos 5 dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 20.º - Celebração do contrato

1. O contrato em suporte informático é celebrado com recurso a meios eletrónicos e através da aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do artigo 104.º do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a celebração do contrato está condicionada à possibilidade de recurso, pela Entidade Adjudicante, ao financiamento por parte do PRR, o que dependerá da possibilidade objetiva de cumprimento das metas obrigatórias fixadas à Entidade Adjudicante no âmbito do contrato de financiamento celebrado, em particular, está condicionada ao facto de ser objetivamente possível, à data da celebração do contrato, o cumprimento do prazo máximo de entrega dos bens (até 30 de junho de 2026) e de o financiamento do PRR existente permitir a cabal execução financeira do contrato a celebrar, ou, na parte em que este não se venha a revelar viável, com recurso a financiamento próprio da Entidade Adjudicante.
3. A não celebração do contrato por não verificação do disposto no número anterior não confere ao adjudicatário a possibilidade de ser indemnizado para além dos encargos comprovadamente incorridos com a elaboração da proposta.

Artigo 21.º - Comunicações e Notificações

1. Todas as comunicações entre a Atlânticoline ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, até à assinatura do contrato objeto do presente procedimento, devem ser feitas através da plataforma eletrónica e redigidas em português.
2. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:
 - a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
 - b) Na data constante do relatório de transmissão bem-sucedido, quando efetuado através de telecópia, salvo o disposto no número seguinte;
 - c) Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
 - d) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.
3. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a Atlânticoline, SA. ou o Júri e que sejam efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão

escrita e eletrónica de dados, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Artigo 22.º - Proteção de dados pessoais

1. Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e c), do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento de formação de contrato e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante se encontra adstrita, esta poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
2. Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável.
3. Os concorrentes têm o direito, em qualquer altura, a solicitar à entidade adjudicante o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.
4. Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados no prazo de 4 anos, salvo exista obrigação legal ou contratual que justifique a conservação por prazo superior.

Artigo 23.º - Despesas e Encargos do concorrente

Constituem encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta e todas as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, designadamente os relativos à prestação da caução e, quando aplicável, ao visto do Tribunal de Contas.

Artigo 24.º - Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso, aplica-se o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como pelo Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, e pela Portaria da RAA n.º 23/2016, de 04 de março.

ANEXO I – MODELO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

(A QUE SE REFERE O ARTIGO 8.º DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

Fatores	Ponderação	Método de Cálculo e Pontuação
Preço (P)	10%	<p>A classificação deste fator (P) será obtida através da seguinte expressão:</p> $P = \frac{PREÇO_BASE - PP}{PREÇO_BASE - PAB} * 100$ <p>Sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PREÇO_BASE: €30.500.000,00; • PP: Valor da proposta em apreciação; • PAB: Preço Anormalmente Baixo = 75% * PREÇO_BASE.
Qualidade da Apresentação da Proposta (QAP)	10%	<p>Este fator (QAP) será ponderado de acordo com a aplicação da seguinte tabela, tendo em conta a forma de demonstração do desempenho (velocidade/potência), ou <i>performance</i>, do navio proposto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provas de modelo com autopropulsão: 100; • Provas de modelo de resistência: 50; • Cálculos matemáticos: 0.
Autonomia (A)	20%	<p>A classificação deste fator (A) será obtida através da aplicação da seguinte tabela:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distância > 40 milhas: 100; • Distância > 36 milhas e ≤ 40 milhas: 75; • Distância > 33 milhas e ≤ 36 milhas: 50; • Distância = 33 milhas: 0.
Peso de Baterias Principais (PBP)	15%	<p>A classificação deste fator (PBP) será obtida através da aplicação da seguinte tabela:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Peso < 7,5 Kg/KWh: 100. • Peso ≥ 7,5 Kg/KWh e < 14 Kg/KWh: 50. • Peso ≥ 14 Kg/KWh: 0.
Garantia das Baterias Principais (GAP)	15%	<p>A classificação deste fator (GAP) será obtida através da aplicação da seguinte tabela:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de anos > 9 anos: 100; • Número de anos > 7 anos e ≤ 9 anos: 75; • Número de anos > 5 anos e ≤ 7 anos: 50; • Número de anos > 4 anos e ≤ 5 anos: 25; • Número de anos = 4 anos: 0.
Capacidade de Passageiros (CP)	10%	<p>A classificação deste fator (CP) será obtida através da aplicação da seguinte tabela:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade > 350 passageiros: 100; • Capacidade > 300 passageiros e ≤ 350 passageiros: 75; • Capacidade > 250 passageiros e ≤ 300 passageiros: 50; • Capacidade = 250 passageiros: 0.
Capacidade de Transporte Viaturas (CTV)	20%	<p>A classificação deste fator (CTV) será obtida através da aplicação da seguinte tabela:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade ≥ 18 viaturas: 100; • Capacidade ≥ 16 viaturas e < 18 viaturas: 75; • Capacidade ≥ 13 viaturas e < 15 viaturas: 50; • Capacidade transporte de viaturas = 12 viaturas: 0.
PONTUAÇÃO TOTAL	100%	<p>P x 0,10 + QAP x 0,10 + A x 0,20 + PBP x 0,15 + GAP x 0,15 + CP x 0,10 + CTV x 0,20</p>

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 9.º DO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO)

... (nome, número de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público tendente à celebração de contrato de aquisição de dois navios elétricos para o transporte de passageiros e viaturas para operar na Região Autónoma dos Açores, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Declara ainda que a sua representada executará o contrato a celebrar na sequência do concurso público identificado, pelo preço global de € (... euros), correspondente a € ... (... euros), ou seja € ... (... euros) por navio, que não incluem o montante relativo ao imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que a sua representada se compromete a proceder à entrega dos navios objeto do contrato a celebrar até ao dia de de 2026, data anterior à fixada, no caderno de encargos, como prazo limite de execução do Contrato (30 de junho de 2026).

Por fim, declara que a sua representada se obriga a entregar o navio objeto do contrato a celebrar com as características técnicas previstas no caderno de encargos do Concurso e nos seus anexos, comprometendo-se, quanto aos aspetos sujeitos à concorrência, a entregar os navios com as seguintes características:

Característica	Proposta
Autonomia (A)	
Peso de Baterias Principais (PBP)	
Garantia das Baterias Principais (GAP)	
Capacidade de Passageiros (CP)	
Capacidade de Transporte Viaturas (CTV)	

... (local), ... (data), ... (assinatura)

ANEXO III – MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ARTIGO 18.º)

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro será efetuado no Banco, à ordem da ATLÂNTICOLINE, SA, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros _____ €

Vai _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], depositar na _____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco _____ [identificar Banco] a quantia de _____ [por algarismos e por extenso] em dinheiro, como caução exigida para o procedimento de concurso limitado por prévia qualificação para a «AQUISIÇÃO DE DOIS NAVIOS ELECTRICOS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS PARA OPERAR NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES», promovido pela ATLÂNTICOLINE, SA, nos termos do respetivo Programa do Concurso. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da ATLÂNTICOLINE, SA, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

(Local e data) (Assinatura)

ANEXO IV – GARANTIA BANCÁRIA

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA B) DO ARTIGO 18.º)

GARANTIA BANCÁRIA

À ATLÂNTICOLINE, SA:

O _____ [Banco], com sede em _____ [morada], com o capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva número _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representada por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)], vem prestar, por conta e a pedido de _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], como adjudicatário do procedimento de concurso limitado por prévia qualificação para a «AQUISIÇÃO DE DOIS NAVIOS ELECTRICOS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS PARA OPERAR NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES», promovido pela ATLÂNTICOLINE, SA, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da ATLÂNTICOLINE, SA, até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, à ATLÂNTICOLINE, SA, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem

possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos do referido concurso.

Caso alguma das disposições da presente Garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afectará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Local e data] [Assinatura]

ANEXO V – MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ARTIGO 18.º)

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada] presta a favor da ATLÂNTICOLINE, SA, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ correspondente à caução prevista no Programa do Procedimento, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a ATLÂNTICOLINE, SA, vai celebrar, o qual tem por objeto a «AQUISIÇÃO DE DOIS NAVIOS ELECTRICOS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS PARA OPERAR NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES» e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da ATLÂNTICOLINE, SA, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ (o adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à ATLÂNTICOLINE, SA., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente Garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local e data] [Assinatura]